

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO OLI MOSI SOSI

SECRETARIO

"BRASIL - DO CABURAÍ AO CHUÍ" CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA GABINETE DO VEREADOR IOÃO KLEBER MARTINS DE SIQUEIRA

PROCESSO Nº 298 /2021

PROJETO DE LEI N. º 164 /2021.

Câmara Municipal de Boa Vista DO DIA Maristelma Angelo S cnico Legislativo - CMBV

BOA VISTA, 29 DE NOVEMBRO DE 2021

INSTITUI A INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO DE SEGURANCA NAS **ESCOLAS** MUNICIPAIS OUTRAS PROVIDÊNCIAS. RECEBIDO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou, e sanciona o seguinte:

Art. 1º. Torna obrigatória a instalação de câmeras de monitoramento de segurança nas dependências e cercanias de todas as escolas públicas municipais.

Parágrafo Único - A instalação do equipamento citado no caput considerará proporcionalmente o número de alunos e funcionários existentes na unidade escolar, bem como as suas características territoriais e dimensões, respeitando as normas técnicas exigidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art.2º Cada unidade escolar terá, no mínimo, duas câmeras de segurança que registrem permanentemente as suas áreas de acesso e principais instalações internas.

Parágrafo Único - O equipamento citado no caput deste artigo apresentará recurso de gravação de imagens.

Art. 3º As escolas situadas nas áreas nas quais forem constatados os mais altos índices de violência terão prioridade na implantação do equipamento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAO KLEBER

Digitally signed by JOAO KLEBER MARTINS DE SIQUEIRAS 123/182253

MARTINS DE

RR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI DU=33418079000195.

Jal, OU=Certificado PF A3, CN=JOAO Boa Vista, 29 de novembro de 2021

RTINS DE SIQUEIRAS J231182253

INDE SUBS DE SIQUEIRAS J231182253

SIQUEIRA: 51231182253

> João Kleber Martins de Siqueira Vereador



"BRASIL - DO CABURAÍ AO CHUÍ" **CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA** GABINETE DO VEREADOR JOÃO KLEBER MARTINS DE SIQUEIRA

JUSTIFICATIVA

No final do ano de 2016, o STF julgou em regime de repercussão geral o RE 878.91/1/RJ, definindo que o parlamentar municipal, vereador, pode apresentar projeto de lei que tenha previsão de despesas para o Poder Executivo, ou seja, para o município. O caso tratava de recurso extraordinário interposto pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro contra decisão do Tribunal de Justiça daquele Estado, que declarou inconstitucional a Lei Municipal nº 5.616/2013, cujo objeto é a determinação de instalação de câmeras de segurança nas escolas públicas do Município.

A decisão do Supremo, que teve como relator o Ministro Gilmar Mendes, fixou entendimento no sentido de reafirmar a jurisprudência da Corte, para dizer que não é inconstitucional lei municipal de iniciativa de vereador quando a matéria tratada não está inserida no rol taxativo previsto no art. 61, § 1°, II da Constituição Federal, cuja reprodução é obrigatória nas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais devido ao princípio da simetria, ainda que tais leis estabeleçam novas despesas para o município.

Ou seja, a decisão do STF em repercussão geral definiu a tese 917 para reafirmar que:

> "Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art.61, § 1°, II,a, c e e, da Constituição Federal)."

Ficou claro que, com exceção das matérias previstas expressamente naqueles dispositivos e seus correspondentes a nível estadual e municipal, todas as outras são inalcançáveis pela inconstitucionalidade formal subjetiva, ou seja, vício de iniciativa, uma vez que a interpretação dada pela Suprema Corte é restritiva e não amplia o rol taxativo previsto pelo legislador constituinte.

Boa Vista 29 de novembro de 2021.

JOAO KLEBER MARTINS DE SIQUEIRA. REBER MATINS DE SIQUEIRA. RESERVI que la martin de SOLUTION DE SIQUEIRA. RESERVI que la martin de de Company. 51231182253

João Kleber Martins de Sigueira Vereador